

Quem sair por último que apague a luz

Heitor Tepedino

Os brasileiros estão sendo conduzidos para um estilo da política econômica em que as regras técnicas são sempre cumpridas do lado do empresário, enquanto a política salarial fica em posição inversa, isto é, sempre sacrificada frente à inflação. Os rendimentos dos assalariados são achatados via INPC, os produtos brasileiros sobem de preço na base do dólar, como vemos atualmente com a laranja, cuja cotação é fixada na Bolsa de Chicago, visando consumidores de um país como os Estados Unidos, onde o salário de um chofer de ônibus é de US\$ 1.200 (cerca de Cr\$ 4,5 milhões de cruzeiros).

Os atuais técnicos do governo afirmam que esta linha de ação é benéfica para a própria população, porque fortalece os setores de produção. No entanto, enquanto se apóia o produtor, permitindo-se que medicamentos, ração animal e também a laranja tenham os seus preços a nível internacional, como conviver-se com esta política de salário a nível de subdesenvolvido? Nesta linha do atual governo, a Previdência Social nunca esteve tão falida, o sistema habitacional também faliu, o salário mínimo definiu, a classe média empobreceu. Ao mesmo tempo, os preços das multinacionais e dos próprios produtos brasileiros são dolarizados.

Enquanto o brasileiro assalariado tem de suportar o custo das hidrelétricas em suas contas de luz, a expansão das comunicações nas contas de telefone, também tem de pagar caro para capitalizar setores industriais ou agrícolas. Atualmente, muitos produtores de laranja vêm a público para manifestar a sua felicidade em estar comprando edifícios, um deles dizendo que já adquiriu cinco automóveis zero quilômetro. Do outro lado, os assalariados assistem a este sucesso do setor de laranja, mas um sucesso que não se deve às exportações, mas sim aos reajustes bruscos dos preços internos deste produto. Assim sendo, quem está pagando e contribuindo para os novos ricos da laranja, são os próprios assalariados brasileiros aflitos.

O mais grave é que a principal causa das novas fortunas do setor de laranja — exemplo que pode ser aplicado em dezenas de outros produtos — é que o preço da laranja é fixado na Bolsa de Chicago levando em conta que um assalariado rural nos Estados Unidos recebe, no mínimo, US\$ 40 (cerca de Cr\$ 160 mil cruzeiros/dia). Quanto será que os proprietários de laranjais no Brasil pagam aos bóias-frias?

Por mais paradoxal que possa parecer, o consumidor brasileiro para ter um suco de laranja está pagando um preço em que se inclui a mão-de-obra na base de um salário mínimo ao dia. Este lucro monstruoso corre inteiramente para as mãos dos produtores e fabricantes de sucos, enquanto na verdade, essa diferença de custo da mão-de-obra teria de estar sendo creditada ao consumidor brasileiro, que é o mesmo assalariado esmagado pelos índices inflacionários. Mas, como os empresários são muito espertos, reajustam os seus preços em dólares, embora ninguém pague salário em dólares no Brasil.

Na área dos medicamentos e de rações animais a festa é a mesma

para as empresas fabricantes. Os seus preços oscilam de acordo com os custos do dólar e com as oscilações de preços no exterior também recaindo sobre o assalariado em cruzeiros, cada dia mais aniquilado.

Atualmente somente os assalariados no Brasil aceitam conviver com o cruzeiro, porque os empresários, banqueiros, e, destaque-se, o próprio governo, somente negociam na base de outras moedas, que são, ORTN, UPC, INPC, e o dólar. Tal divisão de valores e de moedas também acabou por dividir a população brasileira entre aqueles que irão sobreviver, isto é, que recebem em ORTNs, em dólar, etc., e os que recebem em cruzeiros, como este último sendo desvalorizado em 240 por cento ao ano, não podendo ser uma moeda confiável.

Este quadro certamente significa um governo falido, povo falido. Acrescente-se que apesar deste panorama triste e desesperador, o governo Figueiredo já tirou o time de campo. Os ministros em Brasília e as empresas estatais viraram grandes desertos, restando, ainda 45 dias para que Tancredo Neves assuma o Palácio do Planalto. Seria uma grande economia para os cofres públicos se surgisse alguém com coragem suficiente para dar férias coletivas de 45 dias para o funcionalismo público federal. A economia de papel higiênico, de luz, de gasolina, de horas extras, etc., seria astronômica.

No entanto, enquanto a alimentação do brasileiro é onerada dia-a-dia, numa orgia de dolarização dos preços, o CIP decreta guerra às fábricas de automóveis, aos produtores de peças para este setor, bem como para os eletrodomésticos, que deveriam estar sob controle desde o primeiro momento em que se constatou os reajustes absurdos que promoveram. Na área alimentar, os atravessadores continuam soltos, sem qualquer freio, bem como em outros setores essenciais. Nesta fase de inflação galopante não assusta encontrar-se em uma loja um produto com o dobro do preço da semana anterior.

Exemplo como o da laranja, dos medicamentos, e outros produtos dolarizados, exigem uma ação firme do próximo governo. O grande segredo para que a administração pública ganhe a confiança da população e consiga êxito na sua ação, está em chegar antes da concretização dos absurdos da área de preços, de ter capacidade de captar que um setor exagerou nos seus reajustes no momento em que tal crime ocorreu. De nada adianta apurar-se o abuso contra o bolso do povo depois, porque nada de positivo se consegue quando já se foi pilhado.

Desta forma, é drástico verificar-se que apesar desta crise de preços alucinantes, o governo ficou estático, deixando a população a Deus dar, enquanto temos de sobreviver mais 45 dias até que o futuro governo assuma. Nos últimos 20 anos, quando se verificava apenas troca de governo em família, tal fato jamais ocorreu, o que permite concluir que se pretende dar aos novos ministros uma administração totalmente esfacelada, com os funcionários de serviço público sem saber o que fazer, porque os seus chefes abandonaram o navio antes de ancorar no porto.